

REGISTRO DE IMÓVEIS

Comarca:

Entrância:

Juiz(a) Diretor(a) do Foro:

Município/Distrito:

Serventia:

Titular/Responsável:

Substituto:

Data da correição: _____

Horário da correição: _____

Auxiliar(es) da fiscalização (informar nome e matrícula):

O Titular/Responsável visualizado no cabeçalho está correto?

() A) Sim

() B) Não

Caso negativo, informe o nome e CPF do atual Titular/Responsável:

O Substituto visualizado no cabeçalho está correto?

() A) Sim

() B) Não

Caso negativo, informe o nome e CPF do atual Substituto:

Situação da Serventia) Esta serventia encontra-se regularmente provida por Titular?

() A) Sim. A serventia está provida.

() B) Não. A serventia está vaga.

ATENÇÃO: No caso de serventia vaga, conferir se ela consta da Lista Geral de Vacância publicada pelo Aviso nº 72/CGJ/2020 e pelo Aviso a ser publicado em janeiro/fevereiro de 2021

. Caso a vacância não conste da Lista Geral, comunicar, imediatamente, à Corregedoria-Geral de Justiça através do SEI, nos termos do artigo 33, § 3º, do Provimento Conjunto nº 93/2020 e Portaria Conjunta nº 696/PR/2017, alterada pela Portaria Conjunta da Presidência nº 868/2019 (SEI).

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

1) A serventia possui o Livro "Visitas e Correições", consoante determinação contida no Provimento nº 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça c/c artigo 92, inciso I, e 94, do Provimento Conjunto nº 93/2020.

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

2) O Oficial acessa diariamente o Sistema Hermes - Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, bem como utiliza o canal "Fale com o TJMG", considerados como meios de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, consoante o disposto nos artigos 147 a 149 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

3) A serventia está localizada em local de fácil acesso ao público, que ofereça segurança para o arquivamento dos livros e documentos, consoante o disposto nos artigos 4º e 75 do Provimento Conjunto nº 93/2020.

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

4) O Oficial procede à nomeação ou destituição de substitutos e escreventes por meio de Portaria Interna, nos termos do artigo 22, do Provimento Conjunto nº 93/2020 e encaminha cópia do respectivo ato e das informações sobre a contratação e dispensa de auxiliares ao diretor do foro e à Corregedoria Geral de Justiça até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente, a teor do referido artigo?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

5) São observados fielmente os dias e horários de funcionamento, e são fixados, em local bem visível, na parte externa da serventia, placa, cartaz ou aviso indicando o horário de atendimento ao público, consoante o disposto no artigo 66 do Provimento Conjunto nº 93/2020 ? Em caso de funcionamento em horário diverso ao mencionado, desde que observado o mínimo de 7 horas diárias, há autorização do diretor do foro, por meio de Portaria?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

6) As Tabelas de emolumentos, com os valores vigentes no ano corrente, são afixadas em local visível, de fácil leitura e acesso ao público, conforme § 3º, artigo 6º, da Lei nº 15.424/2004 ?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

7) A Taxa de Fiscalização Judiciária é recolhida no prazo estabelecido no artigo 2º da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 03/2005? (para responder a esta questão é necessário gerar relatório, cuja forma de acesso encontra-se no Manual do Sisnor - Direção do Foro, disponível no Sisnor Web)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

8) A transmissão dos dados relativos aos selos utilizados e aos respectivos atos notariais e de registro praticados é feita diariamente, até, no máximo, as 12 (doze) horas do dia seguinte ao da utilização do selo, conforme disposto no artigo 11 da Portaria Conjunta nº 09/2012/TJMG/CGJ/SEF-MG? (para responder a esta questão é necessário gerar relatório, cuja forma de acesso encontra-se no Manual do Sisnor - Direção do Foro, disponível no Sisnor Web)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

9) A teor do art. 137 do Provimento Conjunto nº 93/2020, a serventia emite e arquiva recibo circunstanciado, em meio físico ou eletrônico, constando o valor dos emolumentos, da Taxa de Fiscalização Judiciária, do RECOMPE, de eventual ISSQN, de eventuais despesas providas pelo usuário, do total final devido pelo usuário, bem como a quantidade de atos praticados e os respectivos códigos fiscais especificados no Anexo II da Portaria Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 3 de 2005? Os referidos valores, a quantidade e o número dos códigos dos atos praticados, assim como o número do selo de fiscalização eletrônico de consulta e o respectivo código de segurança são cotados à margem do ato praticado e/ou do documento a ser entregue ao interessado, consoante o disposto no artigo 8º da Lei nº 15.424/2004 c/c artigos 12 e 13 da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 03/2005 c/c artigo 137 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

10) São recolhidos os valores relativos à compensação destinada aos Registradores Civis das Pessoas Naturais - RECOMPE pela prática dos atos sujeitos à gratuidade estipulada em lei, conforme artigo 31 e seguintes da Lei nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

11) Os livros, fichas, papéis e documentos são mantidos em ordem e em bom estado de conservação, em local adequado e seguro? A serventia cumpre as exigências estabelecidas no Provimento CNJ nº 74/2018? (obs. 1: em se tratando de serventia deficitária, especificar se esta cumpre as exigências estabelecidas no citado provimento ou se comunicou a impossibilidade absoluta de cumprimento à Corregedoria Nacional de Justiça; obs. 2: solicitar declaração escrita do responsável pela serventia sobre o cumprimento das exigências estabelecidas no Provimento CNJ nº 74/2018, que deverá ser arquivada pela Direção do Foro).

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

12) A escrituração dos livros satisfaz às exigências legais (termos de abertura e de encerramento, numeração e autenticação de folhas, inutilização de espaços em branco,

ausência de rasuras, emendas, ressalvas, etc.) e os livros de folhas soltas são encadernados logo após a conclusão de seu uso, conforme o disposto no artigo 81 e seguintes do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

13) São mantidas cópias de segurança em microfilme, ou arquivo em mídia digital formado por imagens extraídas por meio de "scanner", ou fotografia, ou arquivo de dados assinado eletronicamente com certificado digital emitido em consonância com as normas do ICP-Brasil, ou qualquer outro método hábil, que deverá abranger os livros obrigatórios previstos em lei, de acordo com a Recomendação nº 09/2013, com as alterações introduzidas pela Recomendação nº 11/2013, ambas do Conselho Nacional de Justiça, bem como é mantida a ordem, segurança e cópias dos documentos formalizados com a utilização de sistema de computação, microfilmagem, disco ótico ou outro meio de reprodução magnética?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

14) É encaminhada, por meio eletrônico, a Declaração de Apuração e Informação da Taxa de Fiscalização Judiciária - DAP/TFJ, até o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao da prática dos atos, ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, consoante o disposto no artigo 9º,

caput, da Portaria Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 03/2005? (para responder a esta questão é necessário gerar relatório, cuja forma de acesso encontra-se no Manual do Sisnor - Direção do Foro, disponível no Sisnor Web).

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

15) É fiscalizado no âmbito interno da serventia o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que deve praticar?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

16) A serventia possui o Livro Registro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa e sua escrituração obedece às normas prescritas nos arts. 92 e seguintes do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

17) Em se tratando de serventia vaga, são enviadas à Corregedoria-Geral de Justiça, por meio eletrônico, as informações relativas ao módulo "Receitas-Despesas", nos termos dos arts. 49 e seguintes do Provimento Conjunto nº 93/2020, bem como são arquivados os respectivos recibos? (Caso a serventia esteja provida, marcar opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

18) Em se tratando de serventia vaga, seu responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, até o dia 10 do mês subsequente, mediante GRCTJ - Guia Excedente ao Teto Remuneratório dos Interinos conforme arts. 45 e 48 do Provimento Conjunto nº 93/2020? (Caso a serventia esteja provida ou, mesmo estando vaga, não possuir renda líquida excedente ao teto remuneratório, marcar a opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

19) O Oficial atualiza semestralmente, diretamente via internet, todos os dados no sistema "Justiça Aberta", até o dia 15 (quinze) dos meses de janeiro e julho (ou até o dia útil subsequente), mantendo atualizadas quaisquer alterações cadastrais, em até 10 (dez) dias após suas ocorrências, conforme disposto nos artigos 145 e 526, inciso XI, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

20) Oficial possui Livro de Controle de Depósito Prévio, em meio físico ou eletrônico, consoante o disposto no artigo 92, inciso III, e artigo 95, ambos do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

21) É observado o disposto no artigo 138 do Provimento Conjunto nº 93/2020, a fim de que a cobrança pelos atos de arquivamento seja feita apenas em relação aos documentos estritamente necessários à prática dos atos notariais e de registro e cujo arquivamento é expressamente exigido em lei ou ato normativo?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

22) Em caso de responsável interino, é observado o disposto no artigo 2º, §2º, do Provimento CNJ nº 77/2018, que dispõe que a designação de substituto para responder interinamente pelo expediente não poderá recair sobre cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau do antigo delegatário ou de magistrados do tribunal local? Para serventia regularmente provida, marcar a opção "Não se aplica".

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

23) Os funcionários da serventia são admitidos no regime da legislação trabalhista, conforme disposto no artigo 20 da Lei Federal nº 8935/94, bem como são recolhidas e lançadas no Livro Diário Auxiliar as despesas trabalhistas com prepostos, incluídos FGTS, vale alimentação, vale transporte e quaisquer outros valores que lhes integrem a remuneração, além das contribuições previdenciárias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou ao órgão previdenciário estadual, de acordo com artigo 99, inciso IX, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

24) O selo de fiscalização eletrônico é impresso/afixado nos documentos expedidos pela serventia conforme modelos constantes do anexo único da Portaria Conjunta nº 09/2012/TJMG /CGJ/ SEF-MG, inclusive com a imagem do QR Code em sua estampa?

A) Sim

B) Não

Observações

25) A teor do Aviso nº 14/CGJ/2020, a serventia mantém atualizada a indicação de oficiais de cumprimento junto à Corregedoria Nacional de Justiça, no Cadastro Nacional de Serventias. (obs: Em se tratando exclusivamente do Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, marcar a opção "Não se aplica")

A) Sim

B) Não

C) Não se aplica

26) O notário ou registrador comunica à Unidade de Inteligência Financeira - UIF, por intermédio do Sistema de Controle de Atividades Financeiras - Siscoaf, quaisquer operações que, por seus elementos objetivos e subjetivos, possam ser consideradas suspeitas de lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo, a teor do artigo 6º do Provimento nº 88, de 1º de outubro de 2019, da Corregedoria Nacional de Justiça? A não ocorrência deste tipo de operação, no semestre anterior, é comunicada à Corregedoria-Geral de Justiça, até o dia 10 dos meses de janeiro e julho, a teor do artigo 17 do referido Provimento. (obs: Em se tratando exclusivamente do Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, marcar a opção "Não se aplica")

A) Sim

B) Não

C) Não se aplica

27) É encaminhada à Receita Federal a "Declaração sobre Operações Imobiliárias - DOI", até o último dia útil do mês subsequente ao da lavratura, anotação, averbação, matrícula ou registro do documento, consoante o disposto no artigo 15 do Decreto-Lei nº 1.510/1976 c/c Instrução Normativa SRF nº 1.112/2010 c/c artigo 855, inciso II, do Provimento Conjunto nº 93/2020? Os comprovantes das comunicações são arquivados em meio físico ou eletrônico?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Obervações

28) O Oficial acessa, ao menos no início e no fim do expediente, os módulos referidos no caput do artigo 1.174, do Provimento Conjunto nº 93/2020, a fim de receber, processar e enviar os arquivos eletrônicos e as comunicações que lhes são remetidas na plataforma da CRI-MG, bem como para atender às solicitações de informações e/ou emissão de certidão em relação aos atos praticados em suas serventias?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

29) O Oficial remete à CRI-MG, por meio do Banco de Dados Simplificado-BDS, os dados estabelecidos no §1º do artigo 1.179, do Provimento Conjunto nº 93/2020? As matrículas abertas e os registros auxiliares lavrados desde 1º de janeiro de 1976 foram remetidos à CRI-MG até o dia 30/06/2020, a teor do § 3º, do referido dispositivo?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

30) São mantidos atualizados, perante a CRI-MG e à CNIB, os dados relativos às aquisições e arrendamentos de imóveis rurais por estrangeiros e às indisponibilidades de bens, sendo emitidos e arquivados na serventia (em meio físico ou eletrônico) os recibos de transmissão de dados relativos ao Banco de Dados Simplificado - BDS e ao módulo "Cadastro de Aquisição e Arrendamento de Imóvel Rural por Estrangeiro", ambos da "Central Eletrônica de Registro de

Imóveis do Estado de Minas Gerais" - CRI-MG, consoante o disposto nos artigos 850, 1.179, § 1º e 1.189, todos do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

31) Na recepção de títulos somente para exame e cálculo, a serventia disponibiliza ao usuário e mantém arquivado na serventia o requerimento escrito e expresso do interessado, a teor do disposto no artigo 732, do Provimento Conjunto nº 93/2020? A cobrança, neste caso, é realizada de acordo com o item 9, da Tabela 4, anexa à Lei nº 15.424/2004, com a devida utilização do selo? O Oficial se abstém de lançar no Livro nº 1 - Protocolo, os títulos apresentados somente para exame e cálculo, consoante vedação do artigo 733 do referido Provimento?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

32) Nos termos dos artigos 732 e seguintes do Provimento Conjunto nº 93/2020, o Oficial expede nota de exame e cálculo, de forma clara e objetiva, em papel timbrado da serventia, datada e chancelada pelo preposto responsável, acerca do exame do título apresentado e do cálculo integral dos emolumentos, abrangendo completamente a situação examinada, em

todos os seus aspectos relevantes, seja para o registro, complementação ou seu indeferimento ? É observado o prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data em que o documento ingressou na serventia, para disponibilização da referida nota ao usuário? São emitidos e arquivados os recibos da devolução dos títulos apresentados para o exame e cálculo, bem como as exigências requeridas?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

33) Os títulos apresentados são protocolizados no momento de sua entrada na serventia, consoante o disposto nos artigos 174, 182 e 186 da Lei nº 6.015/1973 c/c os artigos 738 e 739, do Provimento nº 93/CGJ/ 2020, com a devida utilização do selo de fiscalização e o fornecimento às partes de recibo-protocolo contendo numeração de ordem idêntica à lançada no Livro nº 1 - Protocolo, para garantir a prioridade do título e a preferência do direito real, a teor do artigo 744 do referido Provimento?

() A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

() B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

34) O Oficial observa o procedimento de destinar a cada título um número de ordem do protocolo, independentemente da quantidade de atos que gerar, consoante o disposto no artigo 740, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

35) Na escrituração do Livro nº 01 - Protocolo, são observados todos os requisitos previstos no artigo 175, da Lei nº 6.015/1973 c/c artigo 743, do Provimento Conjunto nº 93/2020, sendo encerrado diariamente, consoante o disposto no artigo 184 da Lei nº 6.015/1973 c/c artigo 747 e 748, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

36) O Oficial observa o dever de proceder ao exame exaustivo do título apresentado a registro, sendo que, havendo exigências de qualquer ordem, estas são formuladas de uma só vez, por meio de nota devolutiva escrita em papel timbrado da serventia, de forma articulada, clara e objetiva, com data, identificação e assinatura ou chancela do preposto responsável, para que o interessado possa satisfazê-las ou, em não se conformando, requerer a suscitação de dúvida, a teor dos artigos 756 e seguintes do Provimento Conjunto nº 93/2020? É observado o prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data da prenotação, para disponibilização da referida nota ao usuário?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

37) A teor dos artigos 188 e 205, da Lei nº 6.015/1973 e artigos 763 e 768, do Provimento Conjunto nº 93/2020, o registro é realizado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da prenotação do título? Tendo sido o título objeto de nota devolutiva, é observado o prazo de 15 dias para o registro, contados do reingresso do título com as exigências cumpridas? As prenotações, referente a títulos não registrados por omissão do interessado em atender às exigências legais, são canceladas decorridos 30 (trinta) dias do seu lançamento no Protocolo?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

38) Na coluna destinada à anotação dos atos formalizados são lançados, em forma resumida, os atos praticados, inclusive nos livros anteriores ao atual sistema de registro, consoante o disposto no artigo 751, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

39) É respeitado o prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de seu protocolo, para o registro e a averbação das cédulas e notas de crédito rural, industrial, à exportação, comercial, de produto rural, bem como suas garantias, modificações e cancelamentos, observando-se o prazo de 15 (quinze) dias corridos nos períodos cuja sazonalidade decorrente de liberação de crédito para plantio e custeio implique aumento de demanda, consoante o disposto no artigo 978, caput e §1º, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

40) É respeitado o prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data de seu protocolo, para o registro e averbação de cédulas de crédito imobiliário e bancário, bem como suas garantias, modificações e cancelamentos, consoante o disposto no artigo 978, §2º, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

41) O registro ou a averbação das cédulas e letras de crédito imobiliário e de cédulas de crédito bancário, bem como o registro da garantia do crédito respectivo, quando solicitados

simultaneamente, são considerados como ato único para efeito de cobrança de emolumentos e respectiva Taxa de Fiscalização Judiciária, a teor da Nota VIII da Tabela 4, anexa à Lei 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

42) As certidões são fornecidas no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, a teor do artigo 19 da Lei nº 6.015/1973?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

43) São mantidos em arquivo, de forma ordenada, todos os documentos relacionados às incorporações imobiliárias, consoante o disposto no artigo 32 da Lei nº 4.591/1964 e artigos 1.058 e seguintes, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

44) O Oficial, ao efetuar o registro da instituição de condomínio, abre tantas matrículas quantas forem as unidades autônomas integrantes do empreendimento, consoante o disposto no artigo 1.043, caput, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

45) Para o registro de incorporação imobiliária é observada a necessidade de prévio registro da instituição e da convenção de condomínio, consoante o disposto no artigo 1.064, inciso I, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

46) Para a individualização e discriminação das unidades imobiliárias é observado o disposto no artigo 44 da Lei nº 4.591/1964 e artigo 1.042, III do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

47) São mantidos em arquivo e cobrado os respectivos arquivamentos de todos os documentos relacionados aos loteamentos, consoante o disposto no artigo 18 da Lei nº 6.766/1979 e arts. 996 e 997, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

48) É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do "Livro nº 4 - Indicador Real" (artigo 173, inciso IV e artigo 179, da Lei Federal nº 6.015/1973 e artigo 723, inciso IV, do Provimento Conjunto nº 93/2020) e do "Livro nº 5 - Indicador Pessoal" (artigo 173, inciso V e artigo 180, da Lei Federal nº 6.015/1973 e artigo 723, inciso V, do Provimento Conjunto nº 93/2020), os quais podem ser substituídos pelo sistema de fichas ou pelo sistema informatizado de base de dados, consoante o disposto no artigo 834 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

49) O Oficial mantém registro das indisponibilidades enviadas pela CNIB (Central Nacional de Indisponibilidade de Bens), lançando-as no Livro nº 5 - Indicador Pessoal, inclusive se na

serventia não houver imóveis ou direitos registrados em nome da pessoa, consoante o disposto no artigo 14, § 2º, do Provimento nº39/CNJ/2014 c/c art. 852, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

50) Para a averbação de retificação de área, os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados de acordo com os valores previstos no item 1, alínea "c", da Tabela 4- Atos do Oficial de Registro de Imóveis, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

51) Para a averbação de construção, baixa e habite-se, a cobrança dos emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária é feita segundo os valores previstos no item 1, alínea j, da Tabela 4 - Atos do Oficial de Registro de Imóveis, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004, observando-se como parâmetro o valor da construção, conforme disposto no artigo 10, §3º, da Lei Estadual nº 15.424/2004, OU, na hipótese de não haver avaliação pelo órgão municipal competente, o valor declarado pela parte, em cumprimento à decisão proferida pelo Conselho da Magistratura, nos autos do Processo nº 1.0000.08.481304-7/000?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

52) Para o registro de formal de partilha ou de escritura pública de inventário e partilha, em se tratando de imóvel a ser registrado em nome de várias pessoas, em regime de condomínio, é feito um único registro em nome de todos, em quinhões expressos em percentuais/ frações, tendo por parâmetro para efeito de cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária o valor dos bens e direitos a serem registrados, incluindo-se a meação, a teor do Aviso nº 31/CGJ/2019?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

53) Os pactos antenupciais são registrados no Livro nº 3? Após o registro do pacto antenupcial, o casamento é averbado no mesmo livro, com menção da data, do Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais em que tiver sido realizado, do número da matrícula ou do assento, do livro e da folha em que tiver sido lavrado, a teor dos artigos 826, inciso V e 830 do Provimento Conjunto nº 93/2020? Os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados "sem conteúdo financeiro", segundo os valores previstos, respectivamente, no item 5 , alínea d, e no item 1, L OU D ???, ambos da Tabela 4, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/ 2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

54) O Oficial procede ao registro das escrituras de união estável, que contenham disposições patrimoniais, no Livro nº 3 e a sua averbação nas matrículas (Livro nº 2) dos imóveis de propriedade dos requerentes, consoante o disposto no artigo 828 e parágrafo único, do Provimento Conjunto nº 93/2020? Os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária para ambos os atos são cobrados "sem conteúdo financeiro", segundo os valores previstos no item 5, alínea d, da Tabela 4, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

55) É observado o disposto no artigo 176, § 1º, inciso I, da Lei nº 6.015/1973 c/c artigo 781, do Provimento Conjunto nº 93/2020, em cumprimento à decisão proferida pelo Conselho da Magistratura no Processo nº 1.0000.05.421316-0/0001, a fim de que a abertura de matrícula seja feita apenas em relação a imóveis já existentes, observada a vedação de abertura de matrícula para frações ideais de imóvel?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

56) Para todos os atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais, financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), é concedida a redução de 50% (cinquenta por cento) prevista no artigo 290 da Lei nº 6.015/1973 e artigo 15-B da Lei nº15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

57) Para o registro de instituição, reserva, transferência ou cessão de usufruto, os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados segundo os valores previstos no item 5, alínea "e", da Tabela 4, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004, tendo por parâmetro a terça parte (1/3) do valor do imóvel, para efeito de enquadramento na Tabela, consoante o disposto na Nota V da referida Tabela?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

58) Para a averbação de renúncia ou extinção de usufruto, os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados segundo os valores previstos no item 1, alínea "g", da Tabela 4, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004, tendo por parâmetro a terça parte (1/3) do valor do imóvel, para efeito de enquadramento na Tabela, consoante o disposto na Nota V da referida Tabela?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

59) Quando a certidão de ônus reais e a certidão de ações reais e pessoais reipersecutórias são expedidas na mesma folha, os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados em separado para cada uma delas, segundo os valores previstos no item 4, alínea "b", da Tabela 8 - Atos Comuns a Registradores e Notários, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004, bem como é utilizado um selo de fiscalização para cada uma delas, conforme dispõe o artigo 13, inciso IV, da Portaria-Conjunta nº 09/2012/TJMG/CGJ/SEF-MG? No caso de emissão de certidão de inteiro teor da matrícula, os emolumentos e a Taxa de Fiscalização Judiciária são cobrados segundo os valores previstos no item 4, alínea "a", da Tabela 8 - Atos Comuns a Registradores e Notários, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004, independente do número de folhas?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

60) É observado o disposto no artigo 8º, da Lei Federal nº 5.868/1972, nos registros envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região bem como, é observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1972 nos registros envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

61) A serventia abstém-se de efetuar registro dos contratos de arrendamento, afeto às atribuições do Oficial de Registro de Títulos e Documentos, nos termos do disposto no artigo 127, inciso VII e parágrafo único, da Lei Federal nº 6.015/1973, e inciso VIII, do artigo 413, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

62) Após o registro do parcelamento do solo ou da incorporação imobiliária, até a emissão da carta de habite-se, as averbações e registros relativos à pessoa do incorporador ou referentes a direitos reais de garantias, cessões ou demais negócios jurídicos que envolvam o empreendimento são realizados na matrícula de origem do imóvel e em cada uma das matrículas das unidades autônomas eventualmente abertas, considerando-se como ATO

ÚNICO, para efeito de cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária, nos termos do artigo 237-A, § 1º, da Lei Federal nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, não importando a quantidade de unidades autônomas envolvidas ou de atos intermediários existentes?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

63) Na averbação da emissão de Cédula de Crédito Imobiliário - CCI, prevista nos artigos 18 e seguintes da Lei nº 10.931/2004, quando apresentada em momento distinto da solicitação de registro da garantia real, a cobrança de emolumentos está sendo feita com valor correspondente a averbação sem valor declarado (Tabela 4, item 1, alínea "e"), de acordo com a decisão proferida pela Corregedoria Nacional de Justiça, nos autos do Pedido de Providências - Corregedoria nº 0004451-15.2011.2.00.0000, com força normativa, amplamente divulgada pelo Aviso nº 29/ CGJ/2013, de 1º de julho de 2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

64) A cobrança de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária pelo registro de alienação fiduciária é feita tendo como parâmetro o valor da dívida, conforme previsão do artigo 10, §3º, inciso V da Lei 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

65) Nos casos de alienação fiduciária em que haja falta de pagamento das prestações por parte do devedor, estando em ordem a documentação, é expedida intimação, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, bem como é realizada a cobrança pelos atos de intimação conforme o item 2, alínea "b" da tabela 4, para ser cumprida em cada um dos endereços fornecidos pelo credor fiduciário, consoante o disposto no artigo 963 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

66) Nos casos de alienação fiduciária em que é decorrido o prazo da interpelação sem purgação da mora, tal fato é certificado, no prazo de 5 (cinco) dias, conforme artigo 966, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

67) Nos casos de alienação fiduciária em que o devedor, seu cessionário, representante legal ou procurador, se encontrar em local ignorado, incerto ou inacessível, após certificação do fato pelo serventuário encarregado da diligência, o Oficial promove a intimação por edital (publicado durante 3 dias, pelo menos, em um dos jornais de maior circulação local ou noutra de comarca de fácil acesso, se no local não houver imprensa diária), contado o prazo para purgação da mora, da data da última publicação do edital, consoante o disposto no artigo 964 do Provimento Conjunto nº 93/2020 e art. 26, § 4º, da Lei 9.514/1997?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

68) A cobrança de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária pela averbação do ato de desmembramento é feita de acordo com o item 1, alínea "c" e "k" da Tabela 4 - Atos do Oficial de Registro de Imóveis, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

69) A cobrança de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária pelo registro do ato de divisão é feita de acordo com o item 5, alínea e, da Tabela 4 - Atos do Oficial de Registro de Imóveis, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004 e com fundamento a Nota I da referida Tabela, tendo como parâmetro o valor de cada unidade imobiliária surgida da divisão?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

70) O reconhecimento extrajudicial de usucapião é realizado de acordo com a Regulamentação contida no Provimento nº 65/CNJ/2017?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

71) Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da correição ordinária geral realizada no ano anterior?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

Listar as medidas saneadoras adotadas

OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS:

1) Aqui devem ser mencionadas outras observações e/ou recomendações que não se encaixem nos itens específicos.

2) Caso o campo "Observações", em cada item, seja insuficiente, deverá ser utilizada outra folha.

4) Fica estabelecido o prazo de _____ dias para cumprimento das recomendações constantes deste Relatório, devendo o Auxiliar de Fiscalização adotar as providências a seu cargo e informar a respeito ao MM. Juiz de Direito, até o término do prazo determinado.